



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

128
90 70

SEXTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0001137-97.2012.8.17.0470 (0323457-3) – Carpina – 2ª Vara Cível

Apelante: WILSON MARQUES DA SILVA

Apelado: BANCO SANTANDER S/A

Relator: DES. EVANDRO MAGALHÃES MELO

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. DEVER DO EMPREGADOR DE REPASSE DOS DESCONTOS EFETUADOS EM CONTRACHEQUE. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. CONDUTA ENSEJADORA DE DANO MORAL. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO EM R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 15% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. APELO PROVIDO.

1. Se o servidor recebe o contracheque com a dedução da parcela do empréstimo consignado é presumida a regularidade do pagamento da prestação devida, pois se supõe que, com o recolhimento, automaticamente será efetuado o repasse.
2. Ainda que seja o caso de não ter sido repassada a quantia da parcela para o credor, não deve o servidor público arcar com o atraso, muito menos assumir a obrigação descumprida pelo terceiro.
3. Indevida a inscrição do nome do autor em cadastros restritivos de crédito. Cabe à instituição financeira certificar-se do débito junto à Secretaria de Educação antes de proceder ao registro.
4. Dano moral configurado *in re ipsa*. Fixação do quantum indenizatório em R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Proporcionalidade e razoabilidade. Precedentes STJ e TJPE.
5. Honorários arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.
6. Recurso de apelação provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Apelação nº 0334069-0, no qual figura como Apelante Wilson Marques Da Silva e Apelado Banco Santander S/A, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO** ao apelo. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 16 de *setembro* de 2014.

Evandro Magalhães Melo
Evandro Magalhães Melo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

SEXTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0001137-97.2012.8.17.0470 (0323457-3) – Carpina – 2ª Vara Cível

Apelante: WILSON MARQUES DA SILVA

Apelado: BANCO SANTANDER S/A

Relator: DES. EVANDRO MAGALHÃES MELO

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Wilson Marques da Silva em face da sentença de fls. 80/82, exarada em sede de Ação Declaratória de Inexistência de Débito, Pedido de Cancelamento de Gravame, Indenização por Danos Morais e Antecipação dos Efeitos da Tutela, proposta contra o Banco Santander S/A, cujo trâmite se deu perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Carpina.

A sentença julgou improcedente o pedido formulado na inicial, tendo em vista que o autor/apelante não trouxe elementos aos autos que comprovassem a efetivação do pagamento das parcelas de janeiro e fevereiro de 2012, que estariam em atraso de acordo com a instituição financeira e que teriam ocasionado a inclusão do nome nos órgão de proteção ao crédito. O empréstimo consignado, contratado em 17.08.2010, no valor de R\$ 11.268,93 (onze mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos), estipulou pagamento em 36 (trinta e seis) parcelas de R\$ 422,00 (quatrocentos e vinte e dois reais).

Inconformado com as disposições contidas no *decisum*, o apelante interpôs o presente recurso (fls. 85/93), fazendo a juntada dos documentos de fls. 94/95 e sustentando que: “acostou ao petitório inaugural todas as provas que comprovaram a existência de direito a ressarcimento, bem possíveis de demonstrar o nexo de causalidade entre a conduta (imposição de um débito a parte apelante a qual não deu motivo para a sua constituição) da parte recorrida e o prejuízo suportado pelo recorrente, fato ensejador do surgimento do direito a indenização por danos morais.” (fl. 87)

Contrarrazões às fls. 99/111 pugna pela manutenção da sentença.

É, em suma, o que importa relatar.

À Revisão

Recife, 14 de julho de 2014.


Des. Evandro Magalhães Melo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

SEXTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0001137-97.2012.8.17.0470 (0323457-3) – Carpina – 2ª Vara Cível

Apelante: WILSON MARQUES DA SILVA

Apelado: BANCO SANTANDER S/A

Relator: DES. EVANDRO MAGALHÃES MELO

VOTO

Trata-se de ação em que pretende o autor a declaração de inexistência de débito, a retirada do nome do cadastro de inadimplentes e indenização por danos morais, diante do fato de que o empréstimo consignado, contratado em 17.08.2010, no valor de R\$ 11.268,93 (onze mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos), com pagamento em 36 (trinta e seis) parcelas de R\$ 422,00 (quatrocentos e vinte e dois reais), é descontado diretamente em seu contracheque, o que impossibilitaria a inadimplência.

Aduz o autor que no período de janeiro a abril de 2012 passou a receber, em seu celular, ligações do setor de cobrança do banco réu, ora apelado, requisitando o pagamento de suposto débito e ameaçando com a inscrição no cadastro de inadimplentes, o que acabou por ocorrer.

Acrescenta que tomou conhecimento da negativação perante os órgãos de proteção ao crédito ao tentar adquirir o automóvel VW Gol 1.0, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), do qual pretendia financiar a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

O magistrado *a quo* fundamenta sua decisão no fato de que as notificações recebidas pelo autor/ apelante, relativas à inscrição no cadastro de inadimplentes, situadas às fls. 20/22, referem-se às parcelas dos meses de janeiro e fevereiro de 2012 e o autor teria anexado apenas demonstrativo de pagamento do mês de março de 2012 (fl. 17), não comprovando, portanto, o desconto das parcelas que estariam sendo objeto de cobrança. O apelante, com suas razões recursais, faz a juntada dos documentos de fls. 94/95.

Ocorre que, considerando que a prestação é debitada diretamente na folha de pagamento do autor, que é servidor da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, conforme se demonstra através do contracheque de fl. 17, a única situação que poderia ter ocorrido seria a ausência de repasse dos valores descontados e deveria a instituição financeira ter se certificado da existência efetiva do débito, conforme se verifica no julgado abaixo:

“CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE REPASSE (E ATRASOS E VALORES INCORRETOS) DAS QUANTIAS DESCONTADAS DO CONTRACHEQUE DA AUTORA AO BANCO RÉU. FALHA NA PRESTAÇÃO DO



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

SERVIÇO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. **DANOS MORAIS CONFIGURADOS EM RAZÃO DA INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES.** A preliminar de ilegitimidade passiva não merece trânsito, uma vez que **a ausência de repasse de valores decorrente de empréstimo consignado pela entidade conveniada não elide a responsabilidade do réu.** É assim porque foi o réu quem inscreveu o nome da autora nos cadastros de inadimplentes, o que o torna responsável pela falha na prestação do serviço. No mérito, **as alegações da autora ganham verossimilhança frente aos documentos juntados aos autos, os quais demonstram a existência de empréstimo consignado. Sendo comprovado que os descontos eram efetivados no contracheque da autora, a ausência de repasse das quantias (ou atrasos e valores incorretos) não tem o condão de afastar a responsabilidade do réu,** porquanto a autora não firmou nenhuma relação contratual com a Câmara Municipal de Porto Alegre. Já o réu mantém relação negocial com a Câmara Municipal, razão pela qual ostenta responsabilidade em razão do risco da atividade. Além disso, verifica-se que o banco ora recorrente inscreveu o nome da autora nos cadastros de inadimplentes em período anterior àquele onde alegou haver atrasos e valores incorretos nos repasses efetuados pela entidade conveniada. Nessa senda, deve o réu responder pelos danos a que deu causa. O quantum fixado a título de danos morais não comporta minoração, uma vez que se encontra em sintonia com os julgados das Turmas Recursais em casos análogos, bem como observa os Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade. De ofício, altera-se o marco inicial dos juros moratórios para que incidam a partir da citação. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO DESPROVIDO.” (TJRS. Recurso Cível: 71004344255 RS, Relator: Des. Roberto Behrendorf Gomes da Silva, Data de Julgamento: 28/01/2014, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 30/01/2014)

Acrescento, ainda, os seguintes julgados:

“DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÕES RECÍPROCAS. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E ABALO DE CRÉDITO. **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. INSCRIÇÃO NO ROL DE INADIMPLENTES.** PRELIMINARES DE NULIDADE DA CITAÇÃO E ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADAS. MÉRITO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. VERBA HONORÁRIA. RECURSO PROVIDO - A validade da carta citatória com AR, quando implda no endereço onde se encontra localizado o estabelecimento do réu, prescinde que seja recebida pelo representante legal da empresa. Inobstante, ser recebida por funcionário desprovido de representação, a citação não será invalidada. - **O empregador é o responsável pelo repasse, a instituição consignatária, do valor descontado em folha. Porém, se restar provado o pagamento mensal do empréstimo, a inscrição do nome do mutuário em cadastro de inadimplentes é indevida e passível de indenização por dano causado. - O lançamento indevido do nome do autor no rol de inadimplentes do SPC e do SERASA tipifica ofensa**



130
70

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

moral indenizável, independentemente de eventual prejuízo econômico. Inalterado o mérito da sentença. - Cabimento de reparação civil. Configuração do nexo causal entre a conduta da instituição financeira e o dano moral experimentado pelo Apelante/Autor. - Observância dos princípios que orientam a reparação do dano moral, como a situação econômica das partes envolvidas, a gravidade do dano causado e o triplice escopo da reparação (satisfativo, punitivo e pedagógico), sem desbordar de prudentes limites e sem ensejar enriquecimento desmotivado ao lesado." (TJPE. AC: 163108 PE 00257302120078170001, Relator: Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 16/03/2009, 2ª Câmara Cível)

"NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ROL DE INADIMPLENTES. DÉBITO ORIUNDO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PARCELAS REGULARMENTE DESCONTADAS EM FOLHA DE PAGAMENTO. DEMORA NO REPASSE DOS VALORES AO BANCO. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO PODE SER OPOSTA AO MUTUÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, QUE NÃO COMPROVOU A CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO. DANO MORAL PURO, CONFIGURADO "IN RE IPSA". MONTANTE REPARATÓRIO FIXADO NA ORIGEM EM VALOR QUE NÃO COMPORTA MINORAÇÃO. APELAÇÃO IMPROVIDA." (TJRS. AC: 70052232311 RS, Relator: Mylene Maria Michel, Data de Julgamento: 21/05/2013, Décima Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 24/05/2013)

"AGRAVO INTERNO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. Dever do empregador de repasse dos descontos efetuados em contracheque do empregado. Aplicação do art. 3º, inciso III, da Lei nº 10.820/03. Ausência de ingerência da instituição financeira. Responsabilidade do empregador. Ato ilícito de não repasse dos valores descontados. Indevida inscrição do nome do autor em cadastros restritivos de crédito. Dano moral configurado in re ipsa. Verba compensatória corretamente fixada. Observância dos princípios da razoabilidade e da vedação ao enriquecimento sem causa. Incidência do verbete nº 116, do Aviso TJ-RJ nº 55/2012. Inocorrência de sucumbência recíproca. Verba honorária fixada em consonância com a baixa complexidade da matéria. Impossibilidade de sua redução. Decisão mantida. Recurso a que se nega provimento." (TJRJ. APL: 00424572820138190021 RJ 0042457-28.2013.8.19.0021, Relator: Des. Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos, Data de Julgamento: 21/01/2014, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: 12/03/2014)

Ressalto que eventual ausência de repasse da quantia descontada ao Banco Santander não importa na inadimplência do autor, pois seria decorrente de defeito no convênio firmado entre a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e a instituição financeira.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

O mútuo bancário a juros baixos é uma prática que se disseminou entre os servidores públicos ativos e inativos, todavia o contrato de adesão que o rege muitas vezes estabelece condições manifestamente abusivas.

Ora, se o servidor recebe o contracheque com a dedução presume a regularidade do pagamento da prestação devida, pois supõe que, com o desconto, automaticamente será efetuado o repasse.

Se o conveniente debita o valor do salário e não transfere para o credor, não é o servidor público que deverá arcar pelo atraso, muito menos assumir a obrigação estabelecida no convênio criado pelo próprio banco (demandado) e descumprida pelo terceiro (órgão repassador).

A instituição financeira agiu precipitadamente, pois deveria ter se certificado da inadimplência junto à Secretaria de Educação antes de proceder ao registro.

Em assim sendo, resta incontroversa a situação vivenciada pelo demandante, com o seu consequente prejuízo moral, posto que se sujeitou a uma situação constrangedora, inclusive com repercussão no plano psíquico.

Caracterizada a ofensa do réu, configurado está o *danum in re ipsa*, que é presumido, segundo as mais elementares regras da experiência comum.

Verificam-se presentes o nexo de causalidade entre a conduta negligente da instituição financeira e o evento lesivo experimentado pelo apelante, decorrente da inscrição indevida do consumidor em cadastro de inadimplentes, sem certificar-se do pagamento junto ao órgão pagador que firmou convênio, estando, assim, perfeitamente caracterizado o dano.

Resta, assim, analisar a fixação do *quantum* indenizatório. Deve-se ter em conta os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de obedecer a critérios recomendados pela doutrina e jurisprudência pátrias, tais como os referentes à situação pessoal e ao *status* social, econômico e intelectual do ofendido, à intensidade do constrangimento, ao porte econômico do ofensor, ao grau de culpa e à gravidade da ofensa.

Nesse passo, a fixação do *quantum* reparatório advém de uma avaliação subjetiva do julgador, que deverá equilibrá-lo em patamar de razoabilidade, a fim de que não haja enriquecimento ilícito, tampouco resulte em condenação simbólica.

Sob esse ângulo, arbitro, a título de danos morais, o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Isto posto, voto no sentido de **dar provimento** ao recurso de apelação, para julgar procedente o pedido inicial, no sentido de declarar a inexistência do débito,



136
20

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

cancelar a inscrição no cadastro de inadimplentes e condenar a instituição financeira em danos morais no valor de R\$ 8.000,00 (três mil reais), bem como a arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

É como voto.

Recife, 16 de setembro de 2014.


Des. Evandro Magalhães Melo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0323457-3
APELANTE: WILSON MARQUES DA SILVA
APELADO: BANCO SANTANDER S/A
REVISÃO: DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

REVISÃO

Voto no sentido de dar provimento ao apelo
acompanhando o voto do eminente Des. Relator.

Recife, 04 de agosto de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS
REVISOR